



FAÇA SUA DOAÇÃO PARA O FMADCA

Clique aqui ou
escaneie o Código QR



PROTEGER CRIANÇAS E ADOLESCENTES É RESPONSABILIDADE DE TODOS



CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITO: UMA LONGA TRAJETÓRIA

Apesar de terem direitos assim como adultos, muitas vezes são as crianças e adolescentes que têm seus direitos subjulgados a uma sociedade ainda em construção

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, seu artigo 3º, determina que "a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana". Datado de 1990, tal lei assegura a essa população o acesso a oportunidades e facilidades que lhes facultem o desenvolvimento físico, moral, espiritual e social, em condições

de liberdade e de dignidade, assim como são direitos garantidos a adultos por meio da Constituição de 1988.

Passados 32 anos da promulgação do ECA, no entanto, uma discussão que ainda merece um olhar atento da população é: até que ponto a criança é, de fato, considerada um sujeito de direitos, ou não apenas

um ente subjulgado aos direitos dos adultos, esse sim considerados detentores de toda razão e autoridade?

O questionamento é amplo e envolve diversos aspectos: desde a parte do desenvolvimento de políticas públicas que sejam centradas, de fato, na criança e no adolescente (envolvendo todos os

problemas que aí estão englobados, como violência sexual contra a população dessa faixa etária, rede de apoio a grávidas adolescentes, vítimas de violência doméstica, acesso à educação e acesso ao lazer) até uma questão de cunho mais familiar, que diz respeito à forma como a criança é educada e tratada dentro de suas próprias casas.

A psicanalista Thais Basile, por exemplo, aponta: "se você foi uma criança muito criticada ou exigida

na infância, provavelmente presará fazer um trabalho grande para que o eco da voz dos seus cuidadores não continue dominando sua maneira de se enxergar, de se tratar e de se relacionar. As críticas e exigências que seus pais te fizeram diz muito mais das limitações deles do que das suas". No caso, o direito à saúde mental da criança pode estar sendo alienado pelos próprios pais, baseado em uma cultura que enxerga crianças como seres que precisam ser domados, dominados,

e não como sujeitos que sofrerão durante o resto de suas vidas os impactos de como foram tratados nessa fase.

A questão, como dito, é ampla e merece debates. Mas, para finalizar, deixamos uma provocação trazida também pela psicanalista: "que tal a gente começar a dar limite para adulto que sente prazer em fazer brincadeiras que envergonham e irritam crianças em vez de querer que elas lidem bem com isso?"





ENTREVISTA

RENATO ROSENO DE OLIVEIRA

é advogado, com larga atuação na defesa das crianças e dos adolescentes, tendo passado por órgãos como o CONANDA e a ANCED. Atualmente, é presidente do Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência. Em 2014, foi eleito Deputado Estadual no Estado do Ceará, tendo sido reeleito em 2018 e em 2022.

1- Qual a importância de políticas públicas que tenham a criança como sujeito de direitos em sua centralidade?

O próprio reconhecimento da infância como sujeito de direitos foi feito somente no século XX e ainda estamos devendo muito às infâncias. Lembremos que para uma parcela grande do mundo político, a infância é objeto de tutela e não sujeito de direitos gerais e especiais (em razão de seu estágio geracional). Daí, a importância de pensarmos democraticamente e com efetiva participação popular em políticas que afirmem todas as crianças como sujeito de todos os direitos. É preciso superar a lógica de políticas pobres (baixo orçamento, pequena escala, pouca participação, nenhuma avaliação e quase nenhum impacto) para permitir ao gestor que afirme que "existe política tal". No Nordeste, há uma expressão muito coloquial que explica isso "tem, mas está faltando". Se você perguntar aos profissionais que trabalham com direitos da infância, a maioria vai responder algo parecido. É preciso inverter essa lógica e permitir que as infâncias (veja que eu sempre uso o plural - infâncias) possam viver dignamente. Essa é a condição para mudarmos como sociedade. O pacto sociopolítico pelos direitos humanos da infância como prioridade expressam uma ética de sociedade mais inclusiva, cuidadosa, democrática, plural e digna.

2 – Quais as principais questões hoje que estão impostas para a primeira infância? E para adolescência?

O que mais impacta as próprias comunidades e núcleos socioafetivos das crianças e adolescentes? O estado geral da sociedade. Temos uma sociedade injusta e estupidamente desigual. Uma sociedade de poucos superricos e muitos muito pobres. Assim, isso impacta o ambiente e o contexto em que crianças e adolescentes vivem seus mundos. Tem uma moral conservadora que se autointitula de protetora das famílias. O que vem destruindo as famílias é a pobreza, a miséria, a ausência de políticas sociais robustas. Mas em resposta direta, eu ainda enfatizaria, o reacionarismo escolheu a infância, a adolescência e a família como um instrumento de proselitismo político. Fizeram nada de efetivo em favor do Sistema de Garantia de Direitos da Criança. Ao contrário, destruíram o pouco que havia e derrubaram os orçamentos do Sistema SUAS (que é fundamental à infância e à adolescência em situação de violação de direitos). No caso da adolescência, vivemos uma explosão de violência e muita precarização. A incompetência do atual governo retirou o direito de sonhar um futuro crível. Eles ofertam exclusivamente precarização das políticas do mercado de trabalho para a juventude. O seu proselitismo moral é falso e hipócrita. Quem quer proteger crianças e adolescentes começa a dar prioridade no investimento público por via dos orçamentos.

3 – Como é possível trabalhar essas questões a nível institucional

(na escola, nos serviços de atendimento) e também na família? Como é possível conscientizar para esse olhar atento aos direitos?

Eu apostaria cada vez mais na educação popular, na auto-organização de grupos juvenis nos territórios, nas culturas periféricas que tão bem expressam as ausências de estado social. É preciso ouvir essas vozes e suas interpretações da realidade. Há muitas resistências potentes, mas desconectadas umas das outras. É preciso um grande movimento de conexão dessas potências afetivas coletivas para superar o racismo estrutural, o elitismo, a crueldade, a lógica de mercado insolidária desumanizadora. Precisamos nos contagiar com a possibilidade de sermos uma outra sociedade e não somente outros indivíduos. Já fomos uma maioria social que sonhou um outro futuro. O futuro que os reacionários escreveram para esse país é terrível: sem política social, sem empregos justos, sem meio ambiente protegido, com muita violência e crueldade. Precisamos recusar esse caminho. Isso passa por recuperar uma ambiente político inclusivo, plural, democrático e que abraça a energia que vem das periferias, dos assentamentos, das margens. O Brasil precisa voltar a escrever um futuro desde baixo.



ARTIGO

“EU NÃO GOSTO DE CRIANÇAS” – questão de opinião?

Por *Caroline Arcari*,

Gostar ou não de crianças muitas vezes é tratado como um tema comparável a futebol, sabor de pizza ou animais de estimação: “ah, eu não gosto de gatos, prefiro cachorro.”

“Eu não gosto de crianças.” – essa frase é naturalizada e até vista como uma expressão da individualidade de alguém. É interessante que esse tipo de frase só é utilizada em duas fases do desenvolvimento: infância e adolescência. Ninguém sai por aí dizendo: “eu não gosto de idosos” ou “tenho pavor de adultos jovens”. É como se crianças e adolescentes não fossem pessoas, mas uma categoria muito próxima a um tipo de entretenimento, que você pode curtir ou não.

É até inacreditável que eu tenha que explicar às pessoas que o fato de eu ser escritora de literatura infantil não faz com que eu seja uma “pessoa que gosta de crianças”. Não é questão de gostar, é questão de respeitá-las. Eu respeito as crianças, por isso escrevo para elas. Eu tenho paciência com crianças, porque entendo que elas estão em fase de desenvolvimento, descobrindo muitas coisas. Eu tenho empatia por crianças, porque elas são um grupo muito vulnerável, que sofre abusos físicos, psicológicos, sexuais e institucionais, ainda mais em um país desigual e violento como o

nosso. Aliás, seria de se esperar que a maioria das pessoas tivessem empatia em relação às crianças, afinal, já passaram por essa fase e todos nós precisamos de proteção, quisemos o olhar atencioso de um adulto, precisamos de limites, tivemos medos e desejamos o colo de uma pessoa afetuosa para descansar no final do dia.

Crianças são um grupo de pessoas com características únicas que, por estarem em processo de construção da identidade, desenvolvimento físico e psíquico, dependem dos adultos. Características peculiares que todos nós adultos, que convivemos com crianças, deveríamos saber e compreender: é típico que crianças se expressem pelo choro, que derrubem coisas até que desenvolvam o campo motor, que demonstrem inquietação corporal, ainda mais quando as forçamos a permanecerem sentadas e em silêncio por horas. Também é típico que aprendam progressivamente a lidar com a frustração, que usem o grito para tentarem experimentar sentimentos e sensações novas, que tenham medos decorrentes da pouca experiência, que se sintam apavoradas frente à descoberta de um mundo hostil e complexo e que opera a partir do adultocentrismo.

Os comportamentos que são destacados como incômodos nas justificativas das pessoas que dizem “não gostar de crianças”, são legítimos e presentes no desenvolvimento de qualquer indivíduo.

É ético dizer que não se gosta de um grupo de pessoas por ele ter certas características físicas, psíquicas e comportamentais? Em outros contextos e levando em conta questões de raça, classe, gênero, orientação sexual, essas discriminações têm nomes diferentes: racismo, classismo, xenofobia, homofobia, misoginia.

É urgente que a sociedade comece a desconstruir o adultocentrismo.

Você pode ter mais ou menos afinidade com uma criança, sem problema algum. Você pode ter mais ou menos paciência com o comportamento de alguma criança, isso é normal. Mas respeitá-las como grupo humano e sujeitos de direitos é nosso dever.



ISABELA MARTAROLI

A diretora da Solar Meninos de Luz, **Isabela Martaroli**, fala sobre o trabalho desenvolvido na instituição e a importância da formação das crianças como sujeitos que têm direitos à educação, saúde e lazer e como, com isso, elas podem ser transformadoras da própria comunidade

Educação integral desde a gravidez

AO Solar Meninos de Luz trabalha com educação integral desde a primeira infância. A gente procura ter um trabalho com caráter preventivo. São crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social e por isso ficam muito expostas a vir a repetir os mesmos problemas que os pais vivenciam. Então a gente procura atender justamente essas crianças, esse público que mora em comunidade, que a renda familiar não ultrapassa três salários mínimos - a gente prepara a mãe grávida para receber essa criança, fazendo um trabalho de fortalecimento de vínculos dessa mãe com o seu futuro bebê. É um encontro semanal e depois a gente dá enxoval, faz todo um trabalho de acompanhamento de cunho psicológico e assistencial. Depois que essa criança nasce, a gente tenta então que ela se inscreva na nossa creche, que funciona através de um termo de colaboração com a Prefeitura. A ideia é a gente oferecer uma oportunidade para que essa criança possa receber todas possibilidades de estímulo para que ela possa ter um desenvolvimento mais harmônico, colocando ela no centro de um círculo de oportunidades.

Desenvolvimento harmônico da criança

A gente dá a educação formal do berçário até o ensino médio. A criança recebe nesses dezoito anos que está conosco de nove a dez horas por dia de assistência, três refeições bem balanceadas com nutricionista, o ensino formal e também a oportunidade de desenvolver oficinas esportivas, artísticas e culturais, que são eletivas. Já no ensino médio, ela recebe uma oficina profissionalizante de programação e empreendedorismo. E nós estamos nos preparando para iniciar no ano que vem a instituição formadora para o jovem aprendiz, que é para coroar o trabalho do berçário até o mercado de trabalho.

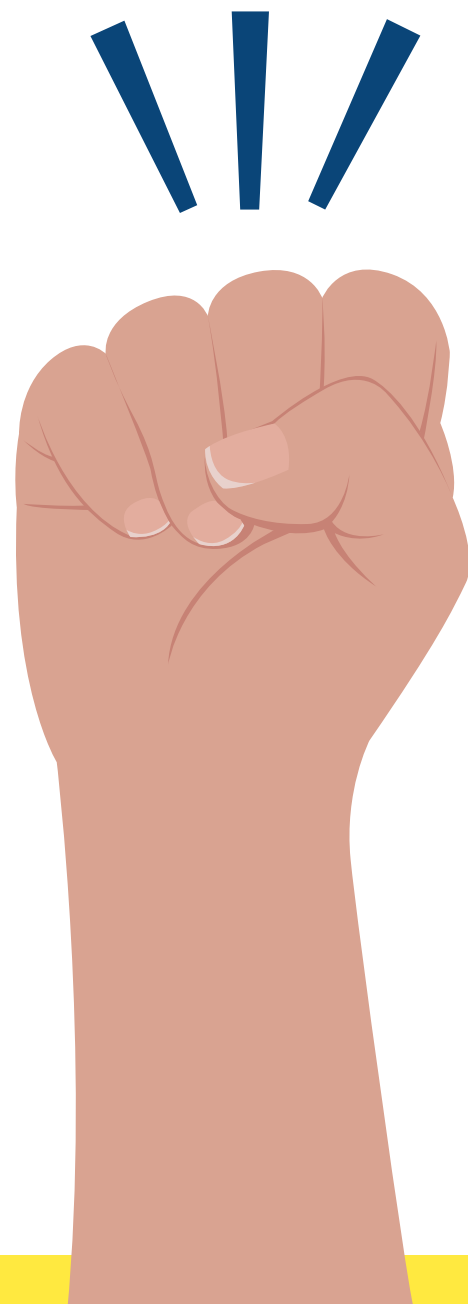
A criança como sujeito transformador de sua comunidade

Através da criança a gente atinge a família, atinge a comunidade a sua volta. Ela também recebe assistência básica de saúde. Ali a gente tem dentistas, a gente tem clínica médica, terapia floral, tem também o programa Menino Solidários para que eles possam desenvolver essa consciência coletiva de que vivem numa sociedade e que todos devem ser úteis e solidários.

Formação para os pais

Fazemos também a escola de pais, que é um encontro mensal para

preparar os pais, debatendo temas ligados à educação de filhos, à saúde, enfim, qualquer tema que interfira na educação, na formação dessa família. Alguns temas são mais psicológicos também, de relacionamento.



Instituições contempladas pelo Chamamento Público nº 40/21 começam a receber recursos do FMADCA no mês de novembro.

A comissão de orçamento informa que as instituições que assinaram o termo de colaboração do chamamento público 40/21 e que estão com as documentações atualizadas e regulares, e que também já montaram suas comissões estão aptas para receber os recursos a partir de novembro. O chamamento teve como objeto o apoio financeiro para projetos a serem financiados pelo FMADCA nas seguintes linhas de ação: enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes; acolhimento institucional; preparação e iniciação para o mundo do trabalho; apoio a ações de assistência social, educação e saúde; e ações de enfrentamento ao trabalho infantil.



GT se reúne com jovens para discutir políticas públicas para atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua

O GT de Atualização da Política Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua encontra-se em processo de finalização de revisão e conta com o apoio de representantes das secretarias envolvidas e organizações que atuam em defesa da política. No dia 18 de outubro aconteceu a reunião do GT com a participação de adolescentes atendidos pela instituição São Martinho com o objetivo de pensar de forma provocativa e propositiva a oferta das políticas públicas no âmbito municipal.

Novo Relatório de MSE será lançado na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

O GT de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto finalizou o relatório referente a 2019, 2020 e 2021 e foi apresentado na última Assembleia Ordinária do CMDCA-Rio. O objetivo agora é inserir as recomendações para as próximas ações e revisão do Plano Decenal Socioeducativo, que precisa ser iniciado no próximo ano, além de imprimir alguns exemplares e levar para a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente prevista para acontecer no final de novembro.

Assembleia descentralizada

A presidência do CMDCA-Rio informa que a próxima Assembleia Ordinária que acontece no mês de novembro será em Campo Grande. A iniciativa é do presidente Carlos Laudelino e tem como objetivo aproximar outras instituições localizadas mais distantes do centro da cidade para participar e colocar suas necessidades e dificuldades. “Queremos ouvir as instituições, suas demandas e suas experiências e aproximá-las mais do nosso conselho”, diz o presidente Carlos Laudelino. “Com isso, vamos poder realizar também um melhor monitoramento, avaliando as demandas daquela área para um possível diagnóstico através dos seus conselheiros”, complementa.

**SUA DOAÇÃO ESPALHA
MUITO MAIS DO QUE AMOR
E VOCÊ ABATE O IMPOSTO DE RENDA**



DOE

PROTEGER CRIANÇAS E ADOLESCENTES
É RESPONSABILIDADE DE TODOS



28 ANOS

CRANÇAS E ADOLESCENTES SÃO PRIORIDADE ABSOLUTA
(ART. 227 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; ART. 4 DO ECA)

ACESSE O SITE:
CMDARIO.COM.BR



DOAÇÃO AO FUNDO

Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMADCA) beneficia, através de doações dedutíveis do imposto de renda, programas e projetos de atenção a crianças e adolescentes do município do Rio de Janeiro, nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

**VOCÊ TAMBÉM
PODE AJUDAR
FAZENDO A SUA
DOAÇÃO!**

Banco do Brasil

Agência: **2234-9**

Conta Corrente: **8.850-1**

CNPJ: **14.414.144/0001-07**

Informações: www.cmdcario.com.br

E-mail: cmdcario@gmail.com

EXPEDIENTE

Informativo digital do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Jornalista responsável:

Iranilce Martins – Nana – Savannah Comunicação Corporativa.

Textos:

Rafaela Gambarra – Savannah Comunicação Corporativa e colaboradores do mês.

Projeto Gráfico e Diagramação:

Savannah Comunicação Corporativa.

Fotos:

Nana Martins, conselheiros e arquivo pessoal

ACOMPANHE TAMBÉM PELAS REDES SOCIAIS



@cmdcario



/cmdcario